

Superior Tribunal de Justiça

RECLAMAÇÃO Nº 39.331 - MT (2019/0346183-4)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
RECLAMANTE : ANDERSON NOVAES DOS SANTOS
ADVOGADO : WAGNER MAX TAVARES DOS SANTOS SILVA - MT015472
RECLAMADO : TURMA RECURSAL DO JUIZADO ESPECIAL DO ESTADO DO MATO GROSSO
INTERES. : ESTADO DE MATO GROSSO

DECISÃO

Trata-se de Reclamação Constitucional ajuizada por ANDERSON NOVAES DOS SANTOS, com fundamento no art. 105, I, **f**, da Constituição Federal e no art. 988 do CPC/2015, contra acórdão proferido pela Turma Recursal do Juizado Especial da Fazenda Pública de Rondonópolis-MT, nos autos do Processo 8013244-04.2019.811.0003, que deu provimento ao Recurso Inominado interposto pelo Estado de Mato Grosso.

Sustenta a parte ora reclamante, em síntese, que a decisão reclamada, ao julgar improcedente a Ação proposta por ela com o objetivo de obter a promoção retroativa na carreira de oficial da polícia militar, afronta o entendimento firmado por esta Corte, no julgamento do **AgRg no AgRg no REsp 1.257.716/DF, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 11/11/2011**, em que teria restado assentado que, diante da inércia da Administração em ofertar cursos necessários à progressão funcional, deve ser reconhecido aos servidores o direito à promoção independentemente da satisfação desse requisito.

Para tanto, argumenta, em suma, que "a decisão merece reforma, pois está tratando os iguais de forma desigual, o Reclamante, o Estado de Mato Grosso não cumpriu e não aplicou a totalmente a verba destinada para a realização do Curso pretendido e desta forma foi realizado com número reduzido de vagas, pois a categoria que estaria apta a fazer o curso são muito mais que 70 policiais, muito mais de 100 policiais, chegando ao numero de mais de 200 policiais, verba e quantitativo que não foi respeitado" (fl. 49e).

Por fim, requer "o total provimento condenando a recorrida a realizar a supradita progressão ao Reclamante p romovendo-o ao posto de 2º Tenente PM no ano de 2013, e no ano de 2015 o posto de 1º Tenente PM e em dezembro de 2019 ao posto de Capitão PM , por todo fundamento exposto no presente e em sua exordial" (fl. 51e).

Nos termos do art. 105, I, **f**, da Constituição Federal c/c o art. 988 do CPC/2015 e o art. 187 do RISTJ, cabe Reclamação da parte interessada ou do Ministério Público para preservar a competência do Tribunal, **garantir a autoridade das suas decisões, garantir a observância de Enunciado de Súmula Vinculante e de decisão do**

STF em controle concentrado de constitucionalidade e garantir a observância de acórdão proferido em julgamento de Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas ou de Incidente de Assunção de Competência, não podendo, conforme entendimento há muito consolidado, ser utilizada como substitutivo de recurso previsto na legislação processual, o que se verifica na espécie.

In casu, a presente **Reclamação não merece conhecimento**, na medida em que não se vislumbra nenhuma das hipóteses previstas na lei processual para o seu cabimento, mas unicamente o sucedâneo recursal.

Isto porque **não restou evidenciada a usurpação da competência constitucionalmente assegurada pelo art. 105 da Constituição Federal a esta Corte Superior; o reclamante não é parte nos julgados desta Corte apontados por descumpridos**, sendo firme o entendimento no âmbito do STJ de que é inadmissível a Reclamação do art. 105, I, f, da Constituição Federal quando a parte reclamante não tenha figurado na relação processual em que foi proferida decisão judicial tida por descumprida (STJ, AgRg na Rcl 3.072/PE, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 05/03/2009; AgRg na Rcl 17.467/MG, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, SEGUNDA SEÇÃO, DJe de 02/06/2014; AgRg na Rcl 4.848/PR, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, SEGUNDA SEÇÃO, DJe de 25/04/2011; AgRg na Rcl 3.945/SP, Rel. Ministro VASCO DELLA GIUSTINA (DESEMBARGADOR ESTADUAL CONVOCADO DO TJ/RS), SEGUNDA SEÇÃO, DJe de 01/09/2010); **a afronta à jurisprudência do STJ não dá ensejo à Reclamação Constitucional** (STJ, AgRg na Rcl 14.100/RS, Rel. Ministro ARI PARGENDLER, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 17/06/2014; AgRg na Rcl 15.507/RJ, Rel. Ministro ARI PARGENDLER, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 18/02/2014; AgRg na Rcl 17.949/DF, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, SEGUNDA SEÇÃO, DJe de 24/06/2014); **não se está por buscar a prevalência de entendimento contido em Enunciado de Súmula Vinculante ou de decisão do STF em controle concentrado de constitucionalidade**, o que, diga-se de passagem, compete exclusivamente ao Pretório Excelso; **os julgados tidos por inobservados NÃO foram julgados sob o rito do art. 543-C do CPC/73 e do art. 1.036 e seguintes do CPC/2015 ou de Incidente de Assunção de Competência (IAC) e a Reclamação Constitucional não se destina ao exame do acerto ou desacerto da decisão impugnada, como sucedâneo de recurso** (STJ, Rcl 1.576/PB, Rel. Ministra LAURITA VAZ, TERCEIRA SEÇÃO, DJe de 05/11/2008).

Ante o exposto, com fulcro no art. 485, IV e VI, do CPC/2015 c/c o art. 34, inciso XVIII, **a**, do RISTJ, **indefiro liminarmente** a presente Reclamação.

Decorrido o prazo recursal, arquivem-se os autos, com baixa na distribuição.

I.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 22 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES
Relatora

